

Renda de generais no governo cresce mais de R\$ 300 mil ao ano



Luiz Eduardo Ramos ao lado de Walter Braga Netto e Jair Bolsonaro em cerimônia. Pedro Ladeira - 19.nov.20/Folhapress

Generais aliados ganham até R\$ 350 mil a mais ao ano com medida de Bolsonaro

Luiz Eduardo Ramos, Braga Netto, Augusto Heleno, Mourão e o próprio presidente estão na lista de beneficiados pela portaria

Lucas Marchesini

BRASÍLIA Generais que participam do governo de Jair Bolsonaro (PL) receberão até R\$ 350 mil a mais em um ano após portaria assinada pelo presidente da República permitir o acúmulo de salários e aposentadorias acima do teto constitucional.

A medida foi editada em abril do ano passado, ocasião em que o funcionalismo estava com salários congelados e beneficiou o próprio Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), ministros militares e um grupo restrito de cerca de mil servidores federais que até então tinham desconto na remuneração para respeitar o teto constitucional.

O maior aumento foi para o general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria-Geral, que teve direito a R\$ 874 mil nos 12 meses desde que a portaria foi publicada. Se o teto salarial tivesse sido aplicado, teria havido R\$ 350,7 mil a menos em seu contracheque.

A medida adotada por Bolsonaro levou militares que ocupam cargos no primeiro escalão do governo a ganhar mais do que R\$ 393 mil, que é o salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e o teto do funcionalismo.

Após Ramos, o que mais teve o contracheque engordado foi o general Augusto Heleno, ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência, com R\$ 866 mil em um ano, R\$ 342 mil acima do teto constitucional.

A Constituição define que a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF. A portaria do governo Bolsonaro, porém, inovou ao criar uma espécie de teto duplo. Ela estabelece que o teto será aplicado para cada rendimento e não mais para a soma de tudo que a pessoa recebe do governo federal. Com isso, militares da reserva pu-

deram somar as aposentadorias aos seus salários de ativa.

Dessa forma, o teto total para essas pessoas passa a ser de R\$ 78,6 mil ao mês, ou seja, o dobro do salário que até então poderiam receber.

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, vem em terceiro na lista, com R\$ 498 mil a mais em um ano. Na época em que a portaria foi publicada, o general da reserva disse em entrevista ao UOL que a medida era legal, mas não era ética.

Ele acrescentou que doaria o dinheiro a mais para seu partido ou alguma instituição quando recebesse o primeiro pagamento acima do teto. A Folha procurou o vice-presidente, mas não obteve resposta sobre se a medida foi realmente adotada.

O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa, teve R\$ 306 mil a mais em um ano. O provável vice-presidente na chapa de Bolsonaro só não ficou na frente de Mourão por que deixou de ser ministro no fim de março para atender ao prazo de desincompatibilização da legislação eleitoral.

Com isso, o seu salário civil passou de R\$ 30,9 mil para R\$ 16,9 mil, correspondente ao cargo de assessor que assumiu em abril deste ano no Palácio do Planalto.

Procurada, a Secretaria-Geral disse que os valores recebidos no contracheque de Ramos "seguem as orientações do Ministério da Economia". Os demais generais não responderam aos questionamentos da reportagem.

A Folha procurou todos os generais do governo citados na segunda-feira (9) pela manhã por meio da assessoria de imprensa de cada órgão e teve resposta apenas da Secretaria-Geral. Nesta terça-feira (10) voltou a procurar as assessorias, como também os ministros e o vice-presidente da República diretamente.

Ao todo, 43 militares da reserva se beneficiaram da nova regra sobre o teto salarial.

+
VALOR RECEBIDO POR ANO ACIMA DO TETO CONSTITUCIONAL PELOS GENERAIS DO GOVERNO

R\$ 350,7 mil
Luiz Eduardo Ramos
ministro da Secretaria de Governo

R\$ 342 mil
Augusto Heleno
ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional)

R\$ 318 mil
Hamilton Mourão
vice-presidente da República

R\$ 306 mil
Walter Braga Netto
ex-ministro da Defesa e atual assessor da Presidência

Entre eles está o próprio presidente Jair Bolsonaro, que tinha cerca de R\$ 2.300 abatidos de seus vencimentos mensais antes da mudança. Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou.

Na lista também estão integrantes das Forças Armadas que passaram em concursos públicos e se tornaram auditores fiscais ou professores universitários depois de deixarem a Aeronáutica, o Exército ou a Marinha.

O primeiro pagamento com os novos valores foi depositado na conta dos militares em junho do ano passado, referente ao período trabalhado em maio de 2021.

Entretanto o Ministério da Economia definiu que a alteração na regra passou a valer já no fim de dezembro de 2022, quando a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu um parecer a favor da mudança no pagamento. Correções relativas aos valores dos quatro primeiros meses de 2021 foram pagas no ano passado.

A Folha consultou os dados abertos de pagamentos para militares reformados ou da reserva de maio até novembro do ano passado, os últimos disponíveis.

AGU (Controladoria Geral da União) informou que os dados de dezembro do ano passado foram enviados com erro pelo Ministério da Defesa e aguarda uma correção para disponibilizá-los no sistema.

As informações sobre valores recebidos neste ano por militares reformados ou da reserva ainda não estão disponíveis no Portal da Transparência porque elas são fornecidas com defasagem.

Para os vencimentos de civis, os dados vão de maio do ano passado até abril deste ano. Os valores dos meses não disponíveis foram calculados com base nas regras em vigor e levam em conta o vencimento básico, férias e décimo terceiro tanto para o salário como civil quanto para a aposentadoria militar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4